

PROFESSORES DISCUTEM SITUAÇÃO DO CONTRATO DOCENTE

A APROPUC convocou uma reunião para esta terça-feira, 28/2, para discutir com os docentes da PUC-SP a situação de seus contratos para o primeiro semestre deste ano. Os gestores da universidade modificaram o número de alunos para abertura de turmas e, com isto, causaram sérios problemas aos docentes, que viram reduzidos os seus contratos e aos discentes, que em muitos casos não tiveram classes para seguir ou iniciar seus cursos.

Por outro lado, a situação dos docentes revelou-se extremamente constrangedora, uma vez que foram comunicados por e-mails sobre a redução de seus contratos, em prazos muitas vezes inferiores àqueles previstos na convenção coletiva do Sindicato dos Professores (Sinpro-SP).

A APROPUC enviou uma carta aos professores

(veja íntegra na página 2), relatando toda a situação que a universidade enfrenta hoje e conclamando aos docentes à não aceitação da redução dos contratos de trabalho, uma vez que o professor não deve ser responsabilizado pela crise da PUC-SP. Até o momento não havia informações de demissões de docentes, porém os diretores ainda não tinham um quadro definitivo das turmas que realmente fechariam.

PROTESTOS DOS ESTUDANTES

Os alunos também protestaram contra a decisão, uma vez que muitos deles serão prejudicados em sua formação, ou sequer poderão seguir cursos da universidade, fechados extemporaneamente, sem que pudessem ser agregados à lista de aprovados remanescentes de

outras chamadas de vestibular. Os protestos vieram principalmente de unidades como Fonoaudiologia, Fisioterapia e Serviço Social que tiveram cursos fechados. Já

a Faculdade de Economia e Administração, que teve várias turmas bloqueadas, fez uma assembleia onde discutiu a situação (veja nesta página o relato do encontro).

Assembleia de estudantes da FEA exige reabertura de todas as turmas

Cerca de 100 estudantes da Faculdade de Economia e Administração (FEA) realizaram uma assembleia, no dia 15/2, para discutir o fechamento de diversas turmas dos cursos da faculdade, fato que causa grande confusão nesse início de ano, e atinge diversas áreas da universidade.

Os estudantes se manifestaram de maneira contrária à medida, e aprovaram uma resolução que defende que os departamentos tenham au-

tonomia para deliberar sobre o fechamento, abertura de turmas e alocação de alunos.

Os estudantes da FEA também aprovaram uma carta, já protocolada na reitoria, onde solicitam a imediata reabertura de todas as turmas que foram fechadas. Os alunos voltam a reunir em assembleia no dia 28/2, e indicaram um ato para o dia 29/2, caso o reitor não responda afirmativamente às reivindicações estudantis.

ASSEMBLEIA DOS PROFESSORES

28/02

3ª feira 18hs

Sede da APROPUC

DISCUSSÃO DA SITUAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

Carta aberta da APROPUC aos professores

Vimos informar que em função da extinção ou supressão de classe ou turma e/ou, por diminuição do número de alunos matriculados no início deste ano, como já vem sendo informado pelo jornal **PUCviva**, a Fundação São Paulo decidiu aplicar de forma mais incisiva as cláusulas 35ª e 36ª da Convenção Coletiva de Trabalho dos Professores do Ensino Superior do Sinpro 2011-2012 (abaixo indicadas):

Cláusula 35ª. Redução de carga horária por extinção ou supressão de disciplina, classe ou turma

Ocorrendo supressão de disciplina, classe ou turma, em virtude de alteração na estrutura curricular prevista ou autorizada pela legislação vigente ou por dispositivo regimental devidamente aprovado por órgão colegiado da Instituição de Ensino, o PROFESSOR da disciplina, classe ou turma deverá ser comunicado da redução da sua carga horária, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início do período letivo e terá prioridade para preenchimento de vaga existente em outra classe ou turma ou em outra disciplina para a qual possua habilitação legal.

Parágrafo primeiro - O PROFESSOR deverá manifestar por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a comunicação da MANTENEDORA, a não-aceitação da transferência de disciplina ou de classe ou turma ou da redução parcial de sua carga horária. A ausência de manifestação do PROFESSOR caracterizará a sua aceitação.

Parágrafo segundo - Caso o PROFESSOR não aceite a transferência para outra disciplina, classe ou turma ou a redução parcial de carga horária, a MANTENEDORA deverá manter a carga horária semanal existente ou proceder à rescisão do contrato de trabalho, por demissão sem justa causa.

Cláusula 36ª. Redução de carga horária por diminuição do número de alunos matriculados

Na ocorrência de diminuição do número de alunos matriculados que venha a caracterizar a supressão de turmas, curso ou disciplina, o PROFESSOR do curso em questão deverá ser comunicado, por escrito, da redução parcial ou total de sua carga horária até o final da segunda semana de aulas do período letivo.

Parágrafo primeiro - O PROFESSOR deverá manifestar, também por escrito, a aceitação ou não da redução parcial de carga horária no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a comunicação da MANTENEDORA. A ausência de manifestação do PROFESSOR caracterizará a sua não-aceitação.

Parágrafo segundo - Caso o PROFESSOR aceite a redução parcial de carga horária, deverá formalizar documento junto à MANTENEDORA e, em não aceitando, a MANTENEDORA deverá proceder à rescisão do contrato de trabalho, por demissão sem justa causa.

Parágrafo terceiro - Na hipótese de rescisão contratual, por demissão sem justa causa, o aviso prévio será indenizado, estando a MANTENEDORA desobrigada do pagamento do disposto na cláusula "Garantia Semestral de Salários" da presente Convenção.

Parágrafo quarto - Não ocorrendo redução do número de

alunos matriculados que venha a caracterizar supressão do curso, de turma ou de disciplina, a MANTENEDORA que reduzir a carga horária do PROFESSOR estará sujeita ao disposto na cláusula "Garantia Semestral de Salários" desta Convenção quando ocorrer à rescisão do contrato de trabalho do PROFESSOR.

Os professores tomaram conhecimento da aplicação dessas cláusulas nesta segunda semana letiva a partir de e-mails enviados pelas direções de faculdades.

Estes e-mails têm chegado aos professores em dias diferenciados, conforme foram enviados pelas direções. O conteúdo dos e-mails solicita aos professores que assinem um formulário-modelo de aceitação ou não-aceitação da redução da carga horária sem informar os motivos pelos quais a mantenedora está reduzindo esta carga. Além disso, esta exigência não cumpre o prazo previsto 5 (cinco) dias. Alguns solicitaram a manifestação do professor para o mesmo dia ou de um dia para outro.

Soubemos em reunião com a FUNDASP, o reitor e a direção da D.R.H. na data de 17/02/2012 que o envio destes e-mails foi resultado de uma reunião com os diretores de faculdade em que ficou a cargo de cada diretor encaminhar tal documento.

Nesse sentido, a mantenedora não cumpriu o que prevêm as cláusulas 35ª e 36ª acima citadas, criando uma situação de constrangimento e insegurança para os professores afetados.

A diretoria da APROPUC entende que o correto, do ponto de vista da categoria, seria a não-aceitação da redução como uma forma de resistência, uma vez que não somos responsáveis pela crise da PUC-SP, do ensino privado, resultado de uma política privatista da educação pelo Estado.

A diretoria entende ainda que a existência dessas cláusulas na Convenção Coletiva demonstra a fragilidade da categoria de professores, ao não conseguir defender a estabilidade no emprego. Também revela a falta de mobilização e de organização dos professores da PUC-SP e sua fragilidade em não conseguir resistir aos ataques que vêm sendo feitos de forma mais contundente, a partir de 2006, com as demissões, a maximização do contrato de trabalho e a quebra da estabilidade que era garantida pelo Acordo Interno de Trabalho.

Alertamos que a aceitação da redução poderá acarretar uma situação de redução permanente, piorando ainda mais as condições do trabalho docente que já vêm sendo deterioradas. A não aceitação da redução e/ou a omissão de manifestação por escrito poderá acarretar a demissão do professor, a depender da interpretação que a FUNDASP fizer dos motivos que ocasionaram a redução, levando-os a aplicar a cláusula 35 ou 36 da Convenção Coletiva do SINPRO conforme lhe convier.

Diante da gravidade e irregularidades da situação, clamamos os professores a participar da assembleia que será realizada na terça-feira, 28/2, às 18h, na sede da APROPUC.

Diretoria da APROPUC

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182, 7º andar – Fone: 3670-3391. **PUCViva:** 3670-3391 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br –

PUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Caio Rubens Zinet, Marina D'Aquino e Ana Carolina Andrade

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischardt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

APROPUC discute Acordo Interno e situação da universidade

A diretoria da APROPUC reuniu-se na sexta-feira 18/2, com a Fundação São Paulo e o reitor Dirceu de Mello, para acertar a assinatura do texto de Acordo Interno válido para o período de 1/3/2012 a 28/2/2013.

O texto sugerido pela Fundação São Paulo continha poucas alterações em relação ao atual. As mudanças referiam-se a atualizações de datas e valores e acertos de cláusulas que continham alguma contradição. A diretoria da APROPUC concordou com o novo texto e a assinatura final deverá ocorrer na terça-feira, 28/2, às 16h.

A reunião também teve uma longa conversa entre os gestores e a diretoria da entidade, onde vários problemas foram levantados. Em primeiro lugar, a presidente da APROPUC, Bia Abramides, lembrou a situação caótica em que mais uma vez se inicia o semestre, com a indefinição quanto aos contratos de professores e fechamento de turmas em diversos cursos. A professora lembrou as dificuldades que a universidade enfrenta com relação aos sistemas de informática que não conversam entre si, provocando disparidades entre informações sobre números de alunos matriculados em cada turma.

Os gestores reconheceram as dificuldades que hoje são enfrentadas pela PUC-SP, principalmente quanto aos setores de Pós e Graduação que operam com sistemas diferentes e que nem sempre transmi-

tem as informações de maneira adequada. Já o reitor Dirceu de Mello garantiu que dentro de um mês os problemas serão sanados e que a universidade gastou cerca de R\$ 800 mil para que o sistema funcionasse adequadamente.

Por outro lado, os diretores da APROPUC lembraram que, com o fechamento de turmas e cursos, vários professores terão seu contrato diminuído e a Divisão de Recursos Humanos (DRH) está enviando uma carta para que o professor dê a sua anuência à redução de contrato. Para a APROPUC este tipo de comunicado vem causando grande constrangimento aos professores, que terão sua carga diminuída, além de restringir-se a um prazo extremamente exíguo para a manifestação do docente.

SITUAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Boa parte da reunião foi tomada pela discussão a respeito da atual situação da universidade. Novamente a APROPUC manifestou sua preocupação com a diminuição do número de alunos da PUC-SP que vem se repetindo ano após ano.

O reitor Dirceu de Mello lembrou que este fato não é exclusivo da PUC-SP, mas vem ocorrendo em outras universidades, principalmente devido ao aumento de instituições de ensino mantidas pelo capital estrangeiro, e que têm possibilidade de ofe-



Dieteria da APROPUC encontra-se com o reitor e a Fundação São Paulo

MARINA D'ACQUINO

recer mensalidades mais baixas.

A professora Priscilla Cornalbas fez uma intervenção lembrando como a privatização desenfreada do ensino superior vem solapando a educação no país e que a PUC-SP não pode situar-se no campo da mercantilização do ensino.

VESTIBULAR SOCIAL

O professor Dirceu de Mello destacou a iniciativa da universidade no sentido da criação do chamado vestibular social, no qual cursos de menor procura seriam beneficiados com mensalidades inferiores. Porém, o reitor também lembrou que uma mensalidade muito baixa terá, certamente, reflexo no salário dos professores.

Mais uma vez a professora Bia Abramides enfatizou as propostas que a APROPUC vem discutindo nos últimos anos: é preciso que a universidade, com seus órgãos colegiados, debruce-se nas questões de fundo da universidade buscando alter-

nativas diferenciadas para solucionar o problema. Segundo a professora, ao fecharmos um curso logo após a primeira chamada, sem recorrer a vestibulares complementares, estamos entregando alunos para outras instituições de ensino. Ao contrário, turmas deficitárias poderiam ter seu número ampliado se não fossem prematuramente fechadas.

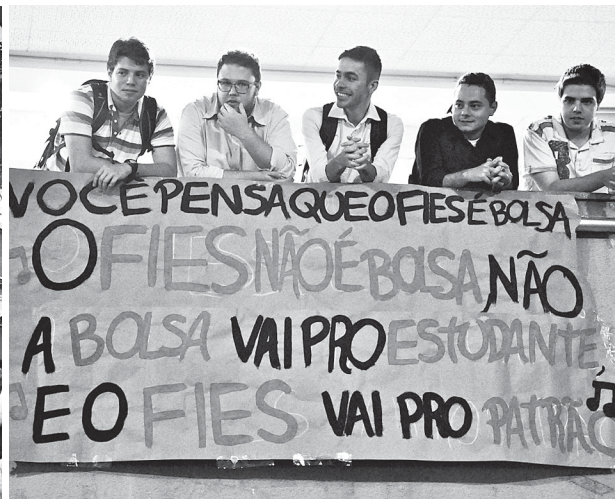
Por outro lado, ainda segundo a professora, a universidade carece da utilização de uma publicidade melhor dirigida para diferentes setores da população. Mas, fundamentalmente, falta à universidade pensar uma relação que contemple de maneira completa o tripé ensino/pesquisa/extensão, que hoje não se realiza em sua plenitude, com a Cogea constituindo-se em um núcleo isolado da universidade.

Os gestores pediram que a APROPUC encaminhe por escrito estas propostas, para que elas possam ser melhor debatidas entre a administração da universidade.

Em clima de carnaval, estudantes reivindicam mais bolsas de estudo

Cantando marchinhas irreverentes e provocadoras, cerca de 100 estudantes realizaram um ato, no dia 21/2, que percorreu toda a universidade para reivindicar mais bolsas de estudos para os estudantes que não podem pagar os altos valores das mensalidades cobradas pela PUC-SP. Os manifestantes protocolaram um ofício na reitoria com a reivindicação e aguardam a resposta do órgão.

Para os estudantes, a PUC-SP perdeu seu caráter filantrópico e comunitário, com os sucessivos aumentos de mensalidades acima da inflação, corte de bolsas e redução da democracia universitária. Essas medidas dificultam o acesso e a permanência de estudantes pobres à universidade, o que elitiza a PUC-SP e faz com que a instituição se adeque a uma lógica mercantil de educação, onde o



Na Prainha cenas da alegre manifestação estudantil reivindicando mais bolsas de estudo para os alunos da PUC-SP

ensino é voltado somente para o mercado.

MARCHINHAS CARNAVALESCAS

Durante todo o ato os estudantes cantaram paródias de antigas marchinhas carnavalescas em alusão ao que os estudantes conside-

ram um atrelamento entre a gestão da universidade e os grandes bancos, o que impediria que o dinheiro da universidade seja utilizado para garantir o acesso e a permanência estudantil.

Outra música entoada foi: "Se você pensa que o Fies é bolsa, o Fies não é bolsa não. Bolsa vai pro es-

tudante, e o Fies vai para o patrão", questionando o fato dos recursos públicos empregados em bolsas como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni) se destinarem à iniciativa privada, e não ao ensino público e gratuito.

Curso de Serviço Social protesta contra decisão do Consad

Na última reunião do Conselho de Administração (Consad), a professora Márcia Alvim, coordenadora do campus Monte Alegre, comunicou as mudanças previstas para este ano, em razão da construção de novos prédios no Corredor da Cardoso de Almeida. Segundo a professora, a Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Arte (Faficla) deverá ir para o espaço hoje ocupado pelo curso de Serviço Social,

no térreo do Prédio Novo e, por sua vez, o curso de Serviço Social seria realocado em salas da Faculdade de Ciências Sociais, no Prédio Velho.

Os professores de Serviço Social protestaram junto ao reitor Dirceu de Mello quanto às mudanças, uma vez que, em nenhum momento, foram consultados sobre as alterações que, segundo eles, trarão uma série de problemas, tanto físicos como de ordem pedagógica para o curso.

Em documento que será entregue na reunião do Consad desta terça-feira, 28/2, os professores do curso de Serviço Social anunciaram que manifestarão a sua indignação contra a medida e para a revogação da decisão, uma vez que não houve nenhuma consulta nem ao corpo docente, nem aos alunos do curso. O Serviço Social já cedeu parte de seu espaço à universidade, e hoje ocupa apenas três salas no Prédio Novo.

A Faficla também deve-

rá ocupar um espaço bem inferior àquele em que hoje está alojada, devendo todos os departamentos da unidade ficarem sem os seus espaços individuais. Porém, a diretora da unidade, professora Sandra Mraz, entende a solução como provisória, devendo ser restabelecida ao término das construções no Corredor da Cardoso. O reitor prometeu analisar o caso, que deverá voltar à pauta na próxima reunião do Consad.

FALA COMUNIDADE

Já passou a hora da PUC-SP virar um Chile!

Guilherme de Almeida Soares

A ofensiva da reitoria e da Fundação São Paulo contra a maioria da comunidade acadêmica está se concretizando. Agora ela está fechando salas como da economia, aumentando a mensalidade e maximizando os contratos dos professores demonstrando que para estes setores minoritários que comandam a universidade o que importa é lucrar cada vez mais, mesmo que isso impeça o estudante de continuar seus estudos. O objetivo estratégico destes ataques contra a maioria da comunidade é, de acordo com o próprio Dirceu de Mello, transformar a PUC-SP numa FGV, fazendo com que a igreja e o banco tenham taxas de lucros cada vez maiores jogando a dívida monstruosa da PUC-SP nas costas da maioria da comunidade.

Enquanto a reitoria pretende deixar a PUC-SP para um grupo "seleto" de estudantes colocando mil barreiras, impedindo que o estudante possa estudar, ela pisa no histórico democrático que a PUC-SP teve contra a ditadura militar, quando abrigou professores como Florestan Fernandes e o congresso de estudantes que se mobilizavam contra o regime militar. Hoje estes mesmos setores que apagam a história da PUC-SP fazem a universidade retroceder ao colocar

na gestão a igreja católica que fecha os olhos para os homossexuais espancados por grupos fascistas na Avenida Paulista, para os direitos das mulheres e para o ensino laico.

Frente à miséria que vivemos na universidade, não temos nada a perder e por isso nós temos que enfrentar diretamente a reitoria, a Fundação São Paulo e os bancos com os melhores métodos de luta para impor a nossa vontade contra estes setores minoritários que não têm nada a oferecer. A juventude da Grécia, do Chile, do Egito e

dem levar a maioria da comunidade ao fracasso. Enquanto uns procuram uma alternativa nas instituições que estão a serviço dos nossos inimigos, procurando o diálogo com aqueles que se devem combater, contribuindo assim para o fortalecimento da reitoria e da igreja, outros não compreendem que para lutar contra a elitização da reitoria é preciso lutar por demandas estratégicas e que demandas mínimas não poderão conter o avanço de nossos inimigos.

Enquanto o CCA demonstra a sua incapacida-

necessário lutar por uma universidade que esteja a serviço dos trabalhadores e do povo pobre, que debata e busque respostas aos interesses concretos da maioria da sociedade que está excluída dos muros da universidade, pois é só se aliando com aqueles que estão fora da PUC-SP que poderemos por fim a este processo de elitização da universidade. Com isso os estudantes não têm nada a perder.

Perante os ataques da reitoria, é mais do que necessário que os estudantes se organizem desde as bases para poder enfrentar o processo de elitização da universidade e, nesse sentido, o CCA cumpre um papel oposto, pois é um órgão acima da base estudantil. Em 2011, o CCA alimentou a passividade no movimento estudantil não dando resposta às situações concretas que aconteciam na universidade e justamente o fato de não ter se travado nenhuma luta política no ano passado que permitiu o movimento estudantil ter dado uma guinada à direita como expressa na posição política de muitos setores que participam do CCA. Frente a isso, é necessário que os setores combativos do movimento estudantil se juntem como alternativa ao CCA e que sejam capazes de enfrentar a reitoria.

Frente à miséria que vivemos na universidade, não temos nada a perder e por isso nós temos que enfrentar diretamente a reitoria, a Fundação São Paulo e os bancos com os melhores métodos de luta para impor a nossa vontade contra estes setores minoritários que não tem nada a oferecer.

demais setores que se levantam contra seus opressores mostram qual caminho que os estudantes da PUC-SP deverão seguir para impor uma derrota memorável à reitoria, bancos e igreja colocando um "basta" aos seus interesses.

Enquanto a reitoria ataca, o CCA (Conselho de Centros Acadêmicos) fica dividido em ter duas estratégias equivocadas que po-

de estratégica de responder os desafios da universidade à altura, a reitoria racista expulsa os negros das dependências da universidade, terceiriza funcionários e os submetem às condições mais precárias de trabalho, reduz o número de bolsistas e faz com que o número de estudantes que não conseguem pagar a altíssima mensalidade aumente cada vez mais. É

Guilherme de Almeida Soares é membro do grupo Juventude às Ruas

GAUCHE NA VIDA

Falta vontade política

Egon Heck

Mal passou o carnaval e Brasília começa se agitar. A questão das terras indígenas, quilombolas e unidades de conservação são um dos alvos e motivos de preocupação. É que no final das atividades do ano passado estava em pauta a votação da PEC (Projeto de Emenda Constitucional) 215, que traz para o âmbito do poder legislativo as decisões sobre definição das terras indígenas e quilombolas. Um acordo protelatório adiou a votação para o início das atividades de 2012. A bancada ruralista está apressada. A Frente Parlamentar de defesa dos Povos Indígenas está preocupada e busca articular e consensuar propostas que possam frear o açodamento da aprovação da PEC, que será o fim do reconhecimento dos territórios indígenas e de quilombolas.

Nesta semana aconteceram várias movimentações em Brasília, em torno, especialmente da questão das terras indígenas no Mato Grosso do Sul. Os deputados da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, que visitaram várias comunidades indígenas no ano passado, estão procurando cumprir uma agenda de contatos para cobrar agilidade e providências concretas. Conversaram com o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, ministro Cesar Peluzo, e depois com o Ministro da Justiça.

O SILÊNCIO DOS CORPOS OCULTADOS

Para quem gosta de números, é bom lembrar que fazem 90 dias do assassinato e sumiço do corpo do cacique Nísio Gomes do tekohá Guayviri. Fazem 832 dias do assassinato e sumiço do corpo do professor Guarani Rolindo Vera, do tekohá Ypo'i. Fazem 2.222 dias da expulsão da comunidade de Nhanderu Marangatu para beira da estrada. A comissão indígena, que foi em seguida à Brasília, voltou com a promessa de que a ação no Supremo Tribunal de Justiça (STJ) seria colocada em julgamento com a máxima brevidade, assim que recomencessem as atividades do Tribunal, no início de 2006. Até hoje não foi julgado, propiciando a absurda situação de mais de 1 mil indígenas terem que viver em 124 hectares, dos 9,3 mil hectares já demarcados e homologados pelo presidente Lula. Também se passaram longos 6.616 dias desde que todas as terras indígenas deveriam ter sido demarcadas pelo governo federal, conforme determinou a Constituição de 5/10/1988.

Esses números nos dão apenas uma amostra da dimensão cruel com que são tratadas as questões indígenas em nosso país e de como se descumpra a Constituição sem o menor escrúpulo. Se condena povos ao extermínio, assim como elimina-se milhares de espécies, como se destrói a natureza, se acaba com as matas e se contamina os rios. E o que é mais

grave, não existe nenhuma sinalização concreta de que essa situação possa mudar para melhor. Pelo contrário, os indicativos e cenários previsíveis são de que longos dias, meses e anos de violência e negação dos direitos indígenas estão no horizonte das nossas elites e dos governantes desse país.

Enquanto isso o silêncio dos corpos ocultados de Rolindo Vera, Nísio Gomes continuam a falar alto exigindo justiça, tanto nos tribunais nacionais como internacionais. Esses números fazem parte de uma campanha do SOS Povos Kaiowá Guarani que estará se desenvolvendo no decorrer desse ano.

JUNTANDO FORÇAS

Representantes das comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado, juntamente com representante da Comissão de Defesa da Pessoa Humana, membros do Cimi secretariado e da regional Mato Grosso do Sul, tiveram um encontro para traçar algumas estratégias com relação à demarcação das terras no MS. Após análise do quadro de violência e paralisia do governo federal no reconhecimento das terras indígenas, houve consenso de que a principal atitude a ser tomada é pressionar a Funai para que publique o quanto antes os relatórios de identificação. Conforme o Termo de Ajustamento de Conduta, firmado pelo Ministério Público, Funai e lideranças Kaiowá Guarani, em 2008, os relatórios de identifica-

ção deveriam ter sido publicados há 978 dias. Infelizmente nenhum dos prazos está sendo cumprido.

A intenção do grupo reunido no congresso nacional era definir estratégias para fazer avançar o processo de demarcação das terras indígenas no Mato Grosso do Sul e juntar forças para impedir a aprovação da PEC 215, que certamente inviabilizaria totalmente o processo de reconhecimento das terras indígenas e quilombolas.

Estranhamente, a Funai e o Ministério da Justiça não enviaram representantes para o debate aludindo a falta de uma decisão do governo a respeito da questão da indenização das terras dos títulos de boa fé, dentro da legislação atual, ou a aprovação de um Projeto de Emenda Constitucional. Para o grupo reunido, baseado em diversos estudos, pareceres e posicionamentos de entidades e organizações indígenas e indigenistas, a solução da indenização é possível dentro do atual quadro constitucional.

Egon Heck, povo Guarani Grande Povo

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Tropa de Choque entra novamente na USP e prende 12 pessoas

Novamente a tropa de choque da Polícia Militar entrou com brutalidade na USP. Dessa vez, a ação aconteceu em pleno domingo de carnaval, 19/2, às 6h, no Conjunto Residencial da USP (CRUSP) para retirar à força estudantes que ocupavam o bloco G da moradia estudantil. A PM prendeu 12 pessoas. Segundo relatos, policiais militares teriam agredido e humilhado uma mulher grávida de oito meses durante a reintegração.

O bloco G foi ocupado pelos estudantes em março de 2010 quando cerca de 100 calouros tiveram o pedido de alojamento emergencial negado pela Coordenadoria de Assistência Social (COSEAS). O bloco, que antes era destinado à moradia estudantil, havia

sido tomado pela Divisão de Promoção Social da COSEAS e pelo banco Santander, o que inviabilizou a utilização do espaço pela comunidade universitária.

Os estudantes alegam que a reitoria se negou a dialogar com o movimento, o que motivou a continuação da ocupação, com a recepção de novos calouros que ficaram sem vagas no CRUSP no início de 2011. A ocupação tinha como reivindicações principais o aumento do número de vagas na moradia e o desmantelamento do sistema de espionagem existente no CRUSP.

Em nota, os estudantes ocupados questionam o direcionamento dos recursos da universidade: "Todos os anos, na USP, cerca de 800 estudantes

que precisam não têm o direito à moradia. Em contrapartida, a reitoria gasta verbas milionárias com serviços de espionagem, dezenas de processos jurídicos, obras faraônicas e até tapetes de 32 mil reais", afirmam.

A ação policial se junta a uma série de outras ações truculentas tomadas pela reitoria da USP durante o ano de 2011, como a reintegração de posse da reitoria da universidade no final de 2011, onde 73 estudantes foram presos, culminando também com o fechamento do centro de convivência do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

A APROPUC repudia veemente a ação da PM, e se solidariza a todos os estudantes que têm sido alvo da intensa repressão policial.

Professora é mais uma ameaçada de morte no Pará

Laísa do Espírito Santo da Silva, professora no Pará, é mais uma ameaçada de morte no estado. Diversas etapas do que se torna um ritual da ameaça já foram cumpridas: deixar sinal que esteve na casa, atirar no cachorro, tronco de palha de coco derrubada na estrada e recados ameaçadores. A professora é irmã de Maria do Espírito Santo da Silva que, no dia 24/5/2011, foi assassinada com seu marido, José Claudio Ribeiro da Silva, ambos lideranças do Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta Piranhira, localizado a cerca de 50 quilômetros da sede do município de Nova Ipixuna, no sudeste do Pará.

O caso da professora não é exceção no Brasil, por isso a APROPUC, em conjunto com diversas outras entidades, se mobiliza através de uma Rede de Proteção aos Ameaçados de Morte.

Kassab ameaça impedir blocos de carnaval com temas políticos

O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (PSD), ameaçou proibir a realização de diversos blocos de carnaval em São Paulo. Observa-se, porém, que os blocos ameaçados tinham em sua maioria forte conteúdo político. A justificativa da prefeitura é que os blocos não têm autorização oficial e que causariam transtorno ao trânsito da cidade.

Entre os blocos, o "Saci do Bixiga", tinha como tema a democratização da comunicação. Os organizadores desse e de outros blocos protes-

taram junto aos órgãos competentes, e poucos dias antes do carnaval a prefeitura voltou atrás, permitindo a realização dos blocos.

A atitude da prefeitura de São Paulo em relação à proibição dos blocos que desfilariam com temas políticos, claramente, faz parte de uma política maior de cerceamento do convívio social na cidade. Leis como o "Psiu", e outras que proíbem gritos em feiras de rua criam um cotidiano altamente burocrático e regulado pelo estado.

Entidades realizam ato contra racismo em Higienópolis

Cerca de 400 militantes do movimento negro realizaram no último dia 11/2 um ato contra o racismo no shopping Higienópolis. Segundo os manifestantes, a ocupação teve como intuito a denúncia de recorrentes práticas de racismo institucional por parte do Estado brasileiro e chamar atenção para os inúmeros casos recentes de racismo no estado de São Paulo.

Em nota, os manifestantes afirmaram que "Passados 124 anos da abolição da escravidão, a população negra continua sendo o alvo preferencial da violência do Es-

tado e das elites brasileiras. Seja através das ações diretas do Estado, como a Polícia Militar, ou no cotidiano das relações sociais, o racismo segue como importante dinamizador da opressão e da barbárie no Brasil".

O ato teve apoio da APROPUC, e foi organizado por diversos movimentos, tais como UNEafro (União de Núcleos de Educação Popular para Negros), Conen (Coordenação Nacional de Entidades Negras), MNU (Movimento Negro Unificado) e Unegro (União de Negros pela Igualdade).

ROLA NA RAMPA

David Harvey faz conferência no Tuca

O geógrafo britânico David Harvey volta ao Brasil para realizar as conferências de lançamento do livro *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. Um dos marxistas mais influentes da atualidade, reconhecido internacionalmente por seu trabalho de vanguarda na análise geográfica das dinâmicas do capital, Harvey é professor de antropologia da pós-graduação da Universidade da Cidade de Nova York

(The City University of New York - Cuny) na qual leciona desde 2001. Na segunda-feira, 27/2, a atividade ocorre na PUC-SP, no TUCA, com a presença de Leda Paulani (FEA/USP) e João Ildebrando Bocch (FEA, PUC-SP) a partir das 19h30. A realização é da APROPUC, Núcleo de Estudo de História: Trabalho, Ideologia e Poder (NEHTIPO), Departamento de História da PUC-SP, Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP e Boitem-

po Editorial. Seguindo as palestras, na terça-feira, 28/2, o evento ocorre na FAU-USP, com a presença de Ermínia Maricato (FAU/USP) e Mariana Fix (LabHab) e para fechar na quarta-feira, dia 29/2, Harvey estará na UFRJ, no Rio de Janeiro. Todos os eventos são gratuitos e sem necessidade de inscrição prévia e nos locais haverá venda dos livros da Boitempo com descontos especiais.

Debate analisa

"Cisne Negro"

Grande sucesso nos cinemas, o filme "Cisne Negro" será tema de debate na quinta-feira, 1/3, das 9h às 12h, no auditório 134-C, no 1º andar do prédio novo. A palestra ficará a cargo do professor Fernando Segolin, do Programa de Estudos Pós-graduados em Literatura e Crítica Literária da PUC-SP. A abertura será realizada pelos professores Ivani Catarina Arantes e Claudio Picolli. A atividade é promoção do Grupo de Estudos e Pesquisa em Interdisciplinaridade da PUC-SP, da Faficla, e Projeto Pensar e Fazer Arte.

Aula Magna de Ciências da Religião

Acontece nesta quinta-feira, 1/3, das 15h às 18h30, no auditório Prof. Dr. Ricardo Hasson Sayeg (sala 100), no Prédio Novo, a aula inaugural do Programa de Pós em Ciências da Religião. A atividade contará com uma palestra do Prof. Dr. José Casanova, da Universidade

de Georgetown, com o tema "Religiões, Globalização e Secularização". O evento é aberto ao público em geral, mas direcionado a alunos, ex-alunos e interessados em Ciências da Religião. A promoção é do programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências da Religião.

Jurídico da AFAPUC tem novo horário

O Departamento Jurídico da AFAPUC agora está atendendo em novo horário: todas as terças-feiras, das 11 às 14 h. A nova sede da AFAPUC fica na Rua João Ramalho, 182, 7º andar, telefone 3670-3391

Errata

A calourada do movimento estudantil da PUC-SP irá ocorrer de 5 a 9/3, e diferente do que divulgamos na edição anterior, os palestrantes e demais convidados ainda não estão confirmados. Assim que a programação estiver completa traremos maiores informações.

Regional Sul II da ABEPSS se reúne na APROPUC

A Regional Sul II da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) realizou, no dia 10/2, das 9h às 16h30, na APROPUC, sua 1ª reunião do ano. Estiveram presentes professores, coordenadores de cursos, supervisores de campo e estudantes de várias universidades e as

entidades CRESS, ENESSO e ABEPSS. Pela manhã, a presidente da ABEPSS Nacional, Profª Drª Claudia Mônica dos Santos falou sobre o "Projeto Ético-Político Profissional: unidade entre formação e exercício profissional" e enfatizou a indissociabilidade entre formação e exercício profissional.



MARINA D'AGUIÑO

Assistentes sociais se reúnem na APROPUC

ASSEMBLEIA DOS FUNCIONÁRIOS

28/02

terça-feira, 14h

auditório 100

Acordo Interno
Dissídio Coletivo
Alteração do endereço da AFAPUC